

**MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO Nº \_\_\_\_/2024**

**Poranga-CE, 25 de março de 2024.**

**Senhor Presidente,**

Conforme reza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, Lei Orgânica do Município e na Lei Nº 2/2006 de 21 de março de 2006 que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério e, em especial, da Lei Federal Nº 11.738/2008 que trata do Piso Salarial do Magistério, o Município deve reajustar os vencimentos dos Professores integrantes do quadro do Magistério Municipal, a fim de adequá-los ao piso nacional dos professores de educação básica.

Assim, para garantia da efetiva valorização profissional e cumprindo o comando constitucional que manda seja aos professores assegurado o piso salarial (art. 212-A, XII, da CF/88), será concedido um reajuste de 6%, para este exercício de 2024.

Face ao exposto, na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da presente propositura, aproveito o ensejo para renovar os protestos de estima e consideração.



**CARLOS ANTÔNIO RODRIGUES PEREIRA**  
**Prefeito Municipal**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2024, DE 25 DE MARÇO DE 2024.**

**ATUALIZA A TABELA SALARIAL DO ANEXO I DA LEI Nº 156/2022, ESTABELECE PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO, REAJUSTE DOS PROFESSORES DE NÍVEL SUPERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORANGA, ESTADO DO CEARÁ** no uso de suas atribuições legais que conferem a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal de Poranga, Estado do Ceará. Decretou e Eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a tabela de vencimentos dos profissionais do magistério constante do anexo I da Lei Nº 156/2022, que, a partir de 1º de janeiro de 2024, passa a vigorar na forma do Anexo I, desta lei.

**Art. 2º** O Piso Salarial do Magistério de Poranga – PEB I, que passa a vigorar a partir de janeiro de 2024, para uma jornada semanal de 20 horas, fica estabelecido em R\$ 2.418,64 (dois mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos).

Parágrafo Único: Fica estabelecido que o salário base dos contratados e ampliados da rede municipal de ensino será o mesmo referente ao *caput* deste artigo.

**Art. 3º** O vencimento base dos profissionais do Magistério de Nível Superior de Poranga – PEB II, para vigorar no ano de 2024, para uma jornada semanal de 20 horas, fica estabelecido em R\$ 2.974,61 (dois mil novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

**Art. 4º** A remuneração dos cargos comissionados de Diretor Escolar, Coordenador Escolar e Secretário Escolar será realizada, a partir da data de publicação desta lei, na forma que segue:

§1º Fica estabelecida que a remuneração de Diretor Escolar, sem vínculo efetivo com o município e sem carreira na educação municipal, será correspondente ao piso nacional do magistério, conforme a Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, acrescida de gratificação de função, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para a escola de nível A.

§2º Fica estabelecida que a remuneração de Diretor Escolar, sem vínculo efetivo com o município e sem carreira na educação municipal, será correspondente ao piso nacional do magistério, conforme a Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, acrescida de gratificação de função, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para as escolas de nível B.

§3º Fica estabelecida que a remuneração de Diretor Escolar, com vínculo efetivo no município e com carreira na educação municipal, será correspondente aos seus vencimentos, considerando seu enquadramento no Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Municipal, acrescida de gratificação de função, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil de duzentos reais), para a escola de nível A e gratificação de pós-graduação, se houver.

§4º Fica estabelecida que a remuneração de Diretor Escolar, com vínculo efetivo no município e com carreira na educação municipal, será correspondente aos seus vencimentos, considerando seu enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Municipal, acrescida de gratificação de função, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para as escolas de nível B e gratificação de pós-graduação, se houver.

§5º Fica estabelecida que a remuneração de Coordenador Escolar, sem vínculo efetivo com o município e sem carreira na educação municipal, será correspondente ao piso nacional do magistério, conforme a Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, acrescida de gratificação de função, no valor de R\$ 800 (oitocentos reais), para a escola de nível A.

§6º Fica estabelecida que a remuneração de Coordenador Escolar, sem vínculo efetivo com o município e sem carreira na educação municipal, será correspondente ao piso nacional do magistério, conforme a Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, acrescida de gratificação de função, no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), para as escolas de nível B.

§7º Fica estabelecido que a remuneração de Coordenador Escolar, com vínculo efetivo no município e com carreira na educação municipal, será correspondente aos seus vencimentos, considerando seu enquadramento nos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Municipal, acrescida de gratificação de função, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), para a escola de nível A e gratificação de pós-graduação, se houver.

§8º Fica estabelecido que a remuneração de Coordenador Escolar, com vínculo efetivo no município e com carreira na educação municipal, será correspondente aos seus vencimentos, considerando seu enquadramento no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Municipal, acrescida de gratificação de função de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), para as escolas de nível B e gratificação de pós-graduação, se houver.



§9 Fica estabelecido que a remuneração do Secretário Escolar será o salário base do funcionalismo municipal, que atualmente é de um salário-mínimo vigente no país, acrescida de gratificação de função, no valor de R\$300,00 (trezentos reais).

**Art. 5º** As gratificações de funções estabelecidas nesta lei não serão incorporadas à remuneração do servidor, independentemente do tempo de exercício da respectiva função, nos termos do disposto no art. 39, §9º da Constituição da República.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados todas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGA AOS 25 DE MARÇO DE 2024.**

**CARLOS ANTÔNIO RODRIGUES PEREIRA**  
Prefeito Municipal



## ANEXO I

Tabela Salarial e Enquadramento Relativo ao Reajuste Salarial de 2024.

TABELA REAJUSTE 2024 ( 06% )							
CARGO	CLASSE	REFERENCIA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO PISO 2023 (R\$)	VENCIMENTO PISO 2024 (R\$) (06%)	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO PISO 2024 (R\$)
PEB	PEB I	01	20	2.281,74	<b>2.418,64</b>	40	<b>4.837,28</b>
		02	20	2.350,19	<b>2.491,20</b>	40	<b>4.982,40</b>
		03	20	2.420,70	<b>2.565,94</b>	40	<b>5.131,88</b>
		04	20	2.493,32	<b>2.642,92</b>	40	<b>5.285,84</b>
		05	20	2.568,12	<b>2.722,21</b>	40	<b>5.444,42</b>
		06	20	2.645,16	<b>2.803,87</b>	40	<b>5.607,74</b>
		07	20	2.724,51	<b>2.887,98</b>	40	<b>5.775,96</b>
	PEB II	08	20	2.806,24	<b>2.974,61</b>	40	<b>5.949,22</b>
		09	20	2.890,42	<b>3.063,85</b>	40	<b>6.127,70</b>
		10	20	2.977,13	<b>3.155,76</b>	40	<b>6.311,52</b>
		11	20	3.066,44	<b>3.250,43</b>	40	<b>6.500,86</b>
		12	20	3.158,43	<b>3.347,94</b>	40	<b>6.695,88</b>
		13	20	3.253,18	<b>3.448,37</b>	40	<b>6.896,74</b>
		14	20	3.350,77	<b>3.551,82</b>	40	<b>7.103,64</b>
		15	20	3.451,29	<b>3.658,37</b>	40	<b>7.316,74</b>
		16	20	3.554,83	<b>3.768,12</b>	40	<b>7.536,24</b>
		17	20	3.661,47	<b>3.881,16</b>	40	<b>7.762,32</b>
		18	20	3.771,31	<b>3.997,59</b>	40	<b>7.995,18</b>
		19	20	3.884,45	<b>4.117,52</b>	40	<b>8.235,04</b>
		20	20	4.000,98	<b>4.241,04</b>	40	<b>8.482,08</b>